

Plurais



Virtual

Universidade Estadual de Goiás

Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis

## SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA: ANÁLISES E PERSPECTIVAS

Maria de Lourdes Alves<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar uma análise do panorama atual da sociologia no ensino médio nas escolas da rede estadual de educação em Goiânia. O primeiro passo para a realização deste trabalho foi uma análise do histórico em que se insere o surgimento da sociologia enquanto ciência, ao descortinar os fatores que propiciaram o desenvolvimento e o amadurecimento da sociologia. Em seguida, realiza-se uma análise da sociologia no Brasil e a inserção e retirada desta disciplina no Ensino Médio. Para tal buscamos discutir a sociologia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como os movimentos de estudantes e professores em defesa da manutenção da sociologia no Ensino Médio na educação brasileira. Na sequência, elaboramos uma análise das entrevistas realizadas com professores da rede estadual de Goiânia com o intuito de analisar o quadro atual da sociologia nas escolas situadas no município da capital.

**Palavras-chave:** Sociologia, Ensino Médio, Rede Estadual, Goiânia.

**Abstract:** The objective of this paper is to present an analysis of the current situation of sociology in secondary education in schools of the state system of education in Goiania. The first step in this work was a historical analysis in which it operates the emergence of sociology as a science, to uncover the factors that led to the development and maturation of sociology. Then, it was carried out an analysis of the sociology in Brazil and the insertion and removal of this subject in high school. To do this we discuss the sociology in the Law of Guidelines and Bases of National Education, as well as the movement of students and teachers in defense of maintenance of sociology in high school in Brazilian education. In addition, it was drawn up an analysis of interviews with teachers of the state of Goiania in order to analyze the current situation of sociology in schools located in the municipality of the capital.

**Keywords:** Sociology, High School, State School, Goiânia.

### 1. Introdução

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás e das Faculdades Aphoniano. Coordenadora da Pós-Graduação *lato sensu* em Sociologia e Educação das Faculdades Aphoniano.

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e de campo acerca da Sociologia no Ensino Médio nas escolas da rede estadual de Goiânia.

Para que se possa compreender a temática a ser abordada, faz-se necessário definir o que é Sociologia, situar o seu surgimento no contexto histórico e reconstituir a sua trajetória no Brasil e, ainda, analisar de maneira mais detalhada o processo de luta pela sua reinclusão no Ensino Médio.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a sociologia como disciplina no ensino médio, privilegiando as escolas da Rede Estadual de Educação da Cidade de Goiânia.

Os principais aspectos a serem abordados neste artigo são: quem são os profissionais que ministram atualmente Sociologia na rede estadual de Educação de Goiânia? Qual é a formação destes profissionais, licenciatura ou bacharelado? Em que área? Desse modo, pretende-se analisar o quadro geral da disciplina na rede estadual de educação da cidade de Goiânia, ao buscar compreender o cenário atual da Sociologia no Ensino Médio.

O primeiro passo consistiu numa pesquisa bibliográfica, seguida de um levantamento de dados junto à Subsecretaria Metropolitana de Goiânia em relação às escolas e aos profissionais que nela ministram a disciplina de sociologia. Numa terceira etapa realizamos uma pesquisa por amostragem aleatória das regiões de Goiânia, sendo elas a central, a noroeste, a Mendaíha, sul e sudoeste. Essa divisão é adotada pela Subsecretaria Metropolitana de Goiânia. Nas regiões citadas pesquisamos cerca de 10% das escolas situadas em cada uma das cinco regiões, buscando, assim, estabelecer uma amostra que se aproxime ao máximo da realidade concreta.

## **2. O contexto histórico do surgimento da sociologia**

Para que possamos compreender o desenvolvimento da Sociologia enquanto ciência, faz-se necessário analisar, discutir: o que é Sociologia? O contexto histórico em que este surgimento está inserido, bem como, avaliar o processo histórico da sociologia no Brasil, e, ainda, analisar de maneira mais detalhada o processo de luta pela volta da Sociologia ao Ensino Médio.

O termo Sociologia foi empregado pela primeira vez por Augusto Comte, por muitos considerado o pai da Sociologia. A Sociologia é fruto da passagem do feudalismo para o

capitalismo. Numa perspectiva marxista, essa passagem de um modo de produção a outro marcará definitivamente a história de toda a humanidade, pois, com a expansão européia, a cultura ocidental influenciará em menor ou maior grau a história de todas as sociedades “civilizadas”.

Para que possamos compreender melhor esse período de transição e as mudanças dele decorrentes faz-se necessário analisar as diversas transformações que ocorrem na vida econômica, social, política e cultural, na mudança de um modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Adotando-se um referencial marxista, veremos que a caracterização de uma sociedade deve ser feita a partir da forma como os homens relacionam entre si e com a natureza para a produção e distribuição dos bens produzidos em uma dada sociedade.

Desse modo, o que caracteriza a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista é a mudança na maneira de produção da vida material dos homens. A sociedade feudal caracterizou-se por consistir basicamente em uma economia rural, organizada de forma autárquica, baixa modernização da economia e exploração do trabalho servil.

A degradação desse modo de produção ocorre com o nascimento do comércio e das cidades. O comércio gradativamente vai ocupando um lugar privilegiado na economia mercantilista (período de transição entre o feudalismo e capitalismo), começando, assim, o predomínio da cidade sobre o campo. A economia que era basicamente rural torna-se urbana.

Os burgueses (comerciantes de cidades fortificadas chamadas burgos) inicialmente produziam e vendiam seus produtos, não havendo separação entre as duas atividades. Para tal, eles se organizavam em corporações de ofício que detinham o monopólio do comércio de determinados artigos do burgo, na fase chamada artesanato.

À medida que o comércio se desenvolve começa a ocorrer uma separação entre os agentes encarregados da produção e do comércio de mercadorias. Numa fase posterior, temos a introdução da produção nas fábricas (unidades produtivas). Em seguida, há a introdução da máquina a vapor com a qual se consolida a indústria moderna. Essa inovação foi o principal fator da Revolução Industrial.

Situada entre meados dos séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial só foi possível graças à acumulação de capital efetuada pelos países europeus, principalmente a

Inglaterra. Durante o período colonial, todas as riquezas produzidas pelas colônias serviram para promover a maior revolução dos meios de produção vista pela humanidade.

Iniciada com a introdução da força do vapor na indústria têxtil, as alterações rapidamente espalharam-se por todas as atividades industriais e agrícolas, promovendo uma intensa aceleração na atividade produtiva, baseadas na substituição da força de trabalho humano pela força do vapor, por meio da elevação da divisão social do trabalho a níveis inimagináveis e por meio da exploração do trabalhador de forma insuportável.

O processo econômico que culminou nas mudanças descritas acima provocou grandes alterações na organização social. A urbanização ocorreu de forma desordenada, causando toda sorte de infortúnios. Cidades com esgotos a céu aberto, ruas sem pavimentação, sem iluminação e até mesmo moradias suficientes, fenômeno provocado pela expulsão dos camponeses de suas terras, que por sua vez foram expulsos com a finalidade de atender aos interesses dos capitalistas, que demandavam grande quantidade de matéria-prima (lã), para a indústria têxtil nascente.

Os camponeses do sistema feudal se tornaram os modernos escravos das máquinas, trabalhando e morrendo por elas. Como a oferta de mão-de-obra é muito grande e a qualificação exigida para operar as máquinas muito baixa temos um rebaixamento dos níveis salariais e das condições de emprego a níveis subumanos.

Com isso, aumentou, e muito, a utilização da mão-de-obra infantil e feminina, com remuneração irrisória e jornadas de trabalho de 12, 14 ou 16 horas por dia. Marx (2006, p. 76) descreve esse cenário como: “A prostituição da classe que não possui nada sob todos os aspectos” a vida do trabalhador neste cenário é tão curta que o sistema de exploração, subsiste porque de tempos em tempos os trabalhadores miseráveis são substituídos por remessas de trabalhadores saudáveis vindos do campo.

Todas essas mudanças nos campos social e econômico não poderiam deixar de ter sua correspondência na esfera política. Como podemos perceber, esse período é marcado pela ascensão da burguesia. Sendo assim, esta classe social procura o controle político condizente com sua posição econômica.

No sistema societal feudal o poder político era disperso entre os senhores feudais, a figura do Rei era apenas decorativa, fato que gerava uma série de dissabores para a burguesia: sistemas monetários diferentes, tribunais especiais para nobres, estradas intransitáveis,

bandidos, cobrança de pedágio, etc. Deste modo, a burguesia apoiou o poder real contra os senhores feudais, na consolidação dos Estados Nacionais.

Mas, ainda assim, não consolida seu poder político. Para obtê-lo foi necessária a tomada de poder via revoluções; Revolução Gloriosa de Cromwel, na Inglaterra e posteriormente Revolução Francesa, com as quais de fato a burguesia assume o poder político.

A Revolução Francesa constitui o marco desse processo até aqui descrito pelo que tem de mais dramático, derrubando por terra definitivamente o feudalismo, matando seu principal representante: o rei. Nunca a humanidade havia se percebido tão forte, agente da história dona de seus destinos. Mesmo que, posteriormente, tal fato fosse traído, permaneceu a ideia de que são as massas e não os grandes homens que realmente fazem a história.

Tais mudanças na vida social foram produto e agente de enormes transformações na forma como os homens interpretavam sua sociedade. O ideário feudal era extremamente conservador, condizente com uma sociedade estática, na qual a Igreja era a única detentora do conhecimento e, portanto, única capaz de explicar o mundo e sua constituição.

A concepção religiosa do mundo levava a uma acomodação das consciências: “Bem-aventurados os pobres, pois deles é o reino dos céus”. Entretanto, com o renascimento do comércio, a sociedade européia entra em contato com outras culturas, outras formas de interpretar o mundo.

E os homens que trazem essa cultura diferente estão interessados em mudar sua posição no mundo. Inicia-se então um movimento intelectual que visa romper o monopólio exercido pela Igreja. Um dos pontos culminantes desse movimento é a reforma protestante empreendida por Calvino e Lutero.

Como podemos perceber, as transformações culturais, intelectuais e ideológicas vividas pela sociedade européia dessa época é um produto das mudanças econômico-sociais (na medida em que essas mudanças alteram a percepção geral da sociedade) e, também, atuam como agente dessas transformações (na medida em que servem de crítica à sociedade vigente).

Nessa segunda categoria, devemos destacar em especial o Iluminismo, na medida em que é elemento crucial na fermentação da mais importante revolução do período: a Revolução Francesa. Para os intelectuais envolvidos nesse movimento, cabia acima de tudo destacar a injustiça das instituições sociais então existentes. De maneira geral o princípio máximo desses

pensadores era a liberdade humana, tal princípio encaixava de maneira perfeita com os interesses da burguesia industrial nascente.

Percebe-se, assim, o papel eminentemente revolucionário desempenhado pela burguesia: revolucionando as formas de produzir (Revolução Industrial), de pensar (secularização do pensamento) e as formas de exercer o poder (Revolução Francesa). Essas mudanças provocaram tal efeito na consciência dos homens que esses não se contentam mais com as antigas explicações sobre a organização da sociedade.

Há uma percepção de que a sociedade possui uma ordem que não é aleatória, faz-se necessário desenvolver instrumentos que captem essa ordem. O desenvolvimento do racionalismo e das ciências da natureza transmite a idéia de que tudo é passível de explicação científica: a sociologia.

Deste modo, podemos perceber que os precursores da sociologia, antes de tudo, são homens de sua época, envolvidos pelas diversas posições na sociedade, assumem posicionamentos diferenciados em relação à sociedade moderna, ora pela manutenção do *status quo* ora pela radicalização do pensamento que propunha liberdade e igualdade entre os homens.

No primeiro grupo, destaca-se Auguste Comte, para quem a sociedade havia passado por vários estágios de desenvolvimento, sendo o presente o ápice dessa longa evolução. No segundo destaca-se Karl Marx, que partia do mesmo pressuposto: a sociedade havia passado por um longo processo evolutivo, culminando com as revoluções produzidas pela burguesia.

Mas, para Marx, a sociedade moderna continuava sendo injusta, devendo, portanto, ser modificada. Para tanto, faz-se necessário a revolução final, que gestaria uma nova sociedade, segundo Marx (2006, p. 135-136):

Finalmente, o comunismo é a expressão positiva da eliminação da propriedade privada e, antes de tudo, a propriedade privada universal. Ao imaginar esta relação na sua universalidade, o comunismo é: 1) na sua primeira configuração, apenas a *generalização* e o cumprimento da referida relação; como tal, manifesta-se numa dupla configuração: o domínio da propriedade *material* surge-lhe tão amplo que ele procura destruir o que se mostra incapaz de ser possuído por todos como propriedade privada; (...) A comunidade é apenas uma comunidade do trabalho e da igualdade de *salário*, que o capital comunal, a comunidade como *capitalista* universal, recompensa.

Todas essas correntes sociológicas procuram explicar as mudanças que gestaram a sociedade moderna, com modos diferentes e iguais ao mesmo tempo, mas com um único



objetivo, tornar inteligível o real. Sendo o real diverso pode ser apreendido a partir de diferentes pontos de vista, o que explica a multiplicidade das ciências.

Entretanto, não basta explicar o real, afinal, a religião também o faz. Porém, a religião é dogmática, a ciência, ao contrário, é o lugar da dúvida, do questionamento, ou seja, a ciência deve sempre mostrar e criticar seus pressupostos. A Sociologia nesta perspectiva constrói pressupostos que nos permitem questionar, avaliar e, se possível for, modificar o real.

Até este ponto, discutimos a trajetória histórica, econômica, social, política e cultural que culminou com o surgimento da sociologia. Cabe-nos, daqui por diante, estabelecer os pressupostos teóricos e metodológicos em que se fundamentam esta ciência, para tal buscaremos a contribuição dos clássicos da sociologia.

A trajetória da Sociologia é permeada pela realidade está que será definitiva, na formulação do método e objeto da Sociologia. A Sociologia é fruto do racionalismo que imperava em meados do século XIX. A ideia de que tudo era passível de explicação racional fez seus percussores Saint-Simon (1760) e Auguste Comte (1798-1857) buscarem explicações de caráter racional e sistemático para os processos sociais e econômicos, tais como, a organização política, a maneira de organização do trabalho, as formas de propriedade, a distribuição do poder e da riqueza entre as classes; tudo carecia de explicações plausíveis. É esse o manancial no qual irá beber o pensamento sociológico: Marx, Durkheim e Weber.

Em meados do século XIX, Karl Marx concentrava seus esforços em compreender “os homens de carne e osso”, movidos por suas necessidades materiais e inseridos no rio da história. Ele terá como foco a perspectiva de compreender as leis que governam a sociedade moderna, utilizando como método de análise o materialismo dialético histórico; acreditando assim, ser possível contribuir, por meio da ação revolucionária, para a superação do que considerava ser a última forma de opressão de classes: o capitalismo, aliás, seu objeto por excelência.

Embora sua obra não possa ser considerada estritamente sociológica, ela estabeleceu bases sólidas para explicar a vida social a partir do modo como os homens produzem socialmente sua existência por meio do trabalho. Marx imprimiu uma ênfase até então desconhecida às relações entre a produção da vida material e as instituições jurídicas e sociais como família, o Estado, a arte, a ciência, a ideologia.

A genialidade de sua obra está em trazer para o centro do debate político e intelectual o tema desigualdade social, vinculando-o a processos histórico-sociais, que culminaram com

o desenvolvimento do modo de produção capitalista, e afirmar que a solução do problema se encontraria numa forma de sociedade que discutimos anteriormente, denominada de “comunista”.

Mas a Sociologia começa de fato a consolidar-se enquanto ciência e disciplina acadêmica a partir das reflexões de Émile Durkheim (1858-1917) e, posteriormente, Max Weber (1864-1920). Ambos se dedicaram não só a delimitar e investigar um grande número de temas, mas imprimem a estes estudos um caráter sociológico. Durkheim e Weber dedicam grande parte de suas obras à delimitação do objeto e do Método Sociológico (MARTINS, 1994).

Durkheim (1974) um homem de seu tempo, liberal democrata, disposto a levar à frente os ideais revolucionários de 1789, deu continuidade à ideia contempânea de instituir uma “religião” de cunho secular, fundada em princípios morais que poderiam revitalizar a sociedade moderna. O positivismo foi a corrente de pensamento que teve maior influência sobre o método de investigação que ele elegeu como o mais correto para a coleta e análise de dados, com o objetivo de que a Sociologia superasse os obstáculos impostos pelas noções vulgares e pela afetividade.

Entre os pressupostos que permeia a teoria de Durkheim (1974) está a crença de que a humanidade avança no sentido de seu gradual aperfeiçoamento, governada por uma força inexorável: a lei do progresso.

A Sociologia pode ser definida, segundo Durkheim (1995), como “a ciência das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento”, ou seja, de toda crença, todo o comportamento instituído de maneira coletiva”. São os fatos sociais que ele elege como objeto de estudo. Fatos sociais são “toda maneira de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (...) maneiras de fazer ou pensar, reconhecíveis pela particularidade de serem suscetíveis de exercer influência coercitiva sobre as consciências particulares” (DURKHEIM, 1995, p. 11-31).

Segundo Durkheim (1974), os fatos sociais só poderiam ser explicados por meio de seus efeitos sociais, pois os fenômenos que constituem a sociedade têm sua sede na coletividade e não em cada um de seus membros. É nela que devemos buscar as explicações para os fatos sociais e não nas unidades que a compõem, explicações tais que devem buscar a máxima neutralidade e objetividade possível, princípios fundamentais, para proposta metodológica durkheimiana.



Weber, situado de modo diferente de Durkheim (1974), numa Alemanha de situação social e política retardatária em relação à França e Inglaterra. Sua industrialização foi tardia, faltando-lhe o elemento burguês revolucionário, entra em cena os grandes proprietários de terras no processo de unificação alemã, que veio a ser concluído em 1870, como o príncipe Otto Von Bismarck.

Diante deste quadro, Weber dará ênfase em temas como: a vulgarização da arte, a deformação democrática e, a sociedade capitalista burocrática e racional, percebe-se em Weber um desencantamento e uma atitude de resignação diante do “inevitável”, segundo Quintaneiro (1996, p. 14): “É o chamado ‘anticapitalismo romântico’ que marca de forma definitiva a obra de Weber”.

Segundo Quintaneiro:

A Sociologia é para Weber, a ciência que pretende entender, interpretando-a, a *ação social*, para, dessa maneira, explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos, observando suas regularidades que se expressam na forma de “*uso, costume ou situações de interesse*”. (...) A explicação sociológica busca *compreender* o sentido, o desenvolvimento e os efeitos da conduta de um ou mais indivíduos referida à do outro – ou seja, o seu caráter *social* – não propondo a julgar a validade de tais atos, nem compreender o agente enquanto pessoa. Explicar é captar e interpretar a “conexão de sentido em que se inclui uma ação” (1996, p. 106-107).

Nossa pretensão neste artigo é apenas um esboço sucinto da teoria clássica sociológica, pois a exposição sistemática e completa destes autores demandaria um trabalho muito mais extenso do que o proposto em um artigo desta natureza.

## **2.1 A Sociologia no Brasil**

Os primeiros passos da Sociologia no Brasil remontam às origens da República. Junto com ela veio a necessidade de disseminar no país uma nova idéia de nação e em 1891, pela primeira vez no Brasil, a Reforma Benjamin Constant propõe a disciplina de Sociologia no Ensino Secundário (terminologia utilizada na época). A inclusão da sociologia nos currículos do Ensino Secundário é frustrada com a Reforma de Eptácio Pessoa, em 1901.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação, na década de 1930, estabelece entre outras reivindicações a laicidade do ensino, abrindo caminho novamente para a reinserção da

Sociologia no Ensino Secundário, com a perspectiva de formar indivíduos críticos, questionadores, capazes de compreender a realidade social.

No ano de 1925, com a Reforma de Rocha Vaz, o Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, colocou em seu currículo do Ensino Secundário a disciplina de Sociologia, no que foi seguido, três anos mais tarde, pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Durante o primeiro Governo Vargas, com a Reforma Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde, a Sociologia é introduzida nos cursos preparatórios aos cursos superiores nas faculdades de Direito, Ciências Médicas, Engenharia e Arquitetura. Sendo ainda parte do currículo dos cursos normais (formação de professores).

Em 1937, com o Estado Novo, a Sociologia perde novamente o seu espaço e em 1941 com a Reforma Capanema é retirada a obrigatoriedade da Sociologia nos cursos secundários, permanecendo apenas nos cursos de formação de professores. Em 1964, com a ditadura militar a sociologia é vista como disciplina subversiva, sendo retirada do ensino secundário, mas de forma contraditória mantém-se como disciplina no Ensino Superior, embora a postura adotada pelos catedráticos seja uma postura eminentemente conservadora, adotando como referencial privilegiado a sociologia americana. Em 1971, a Reforma Jarbas Passarinho tornou o Ensino Médio profissionalizante, retirando o caráter obrigatório da Sociologia na formação de professores.

Deste modo, podemos perceber que a sociologia é cerceada nos regimes autoritários, o que não é estranho, pois sua presença no currículo, de modo geral, apresenta-se como um instrumento de análise e crítica da realidade social.

Desde o início da década de 1980, parlamentares, estudantes, professores, entidades da sociedade civil vêm lutando para que a Sociologia seja incluída como disciplina nos currículos de Ensino Médio, dada a importância desta na formação da cidadania. Em 1983, a Associação dos Sociólogos promoveu uma mobilização pela volta da sociologia aos currículos de Ensino Médio.

Em setembro de 1996 realiza-se em Porto Alegre o Décimo Congresso Nacional de Sociólogos, que define como luta central, entre outras, a campanha pela sociologia no ensino médio. Em dezembro de 1996 é aprovada e sancionada a Lei nº 9.394, conhecida como LDB, mas com um viés neoliberal. Desse modo, é feito um arranjo no qual a sociologia está na LDB, porém, como disciplina optativa, o que inviabiliza a efetivação desta disciplina no Ensino Médio.

A Universidade Federal de Uberlândia dá um grande passo rumo à reintrodução da Sociologia aos currículos de Ensino Médio, quando coloca a Sociologia como disciplina no vestibular tradicional e no PAES (Programa Alternativo de Ingresso no Ensino Superior)

A luta pela implantação da Sociologia ainda será longa, mas é permeada pela necessidade da introdução dessa disciplina nos vestibulares das universidades públicas brasileiras; o que, certamente, influenciaria o retorno da sociologia de forma definitiva ao ensino médio, depois de mais de dez anos de luta. Com a resolução nº 4, de 21 de agosto de 2006, do Conselho Nacional de Educação, a Sociologia torna-se obrigatória, entretanto, a obrigatoriedade não encerra a luta, pois a efetivação da Sociologia depende da superação das dificuldades estabelecidas para a prática, a começar pela falta de qualificação profissional, resistência por parte de professores e alunos, bem como, falta de domínio dos conteúdos por parte dos professores que ora assumem esta disciplina.

### **3. A sociologia no ensino médio: idas e vindas**

O processo que culminou com a aprovação da Resolução nº 4, de 16 de agosto de 2006, altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, incluindo as disciplinas de Filosofia e Sociologia. Essa conquista é resultado de um longo processo de avanços e retrocessos, que teve seu início em 1879, com a proposta de Rui Barbosa de substituir a disciplina Direito Natural pela Sociologia. Na perspectiva de Rui Barbosa a sociologia seria mais eficiente na tarefa de explicar as relações sociais do que a disciplina de Direito Natural. Embora o parecer de Rui Barbosa nem chegou a ser votado, gerou precedente para novas discussões que aconteceriam anos mais tarde, em 1890, com Benjamin Constant, que institui a Sociologia como disciplina obrigatória para o Ensino Secundário; porém, com a morte do ministro da Instrução Pública desfaz-se toda a Reforma.

Conforme as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006, p. 102), “entre 1925 e 1942, com a vigência da Reforma Vaz e depois com a de Francisco Campos (1931) a Sociologia passa a integrar os currículos da escola secundária brasileira”. Neste percurso atropelados de idas e vindas, a disciplina sociologia é retirada a partir de 1942 do Ensino Médio, enquanto outras disciplinas como Letras e Ciências Naturais vão ganhando espaço.

Com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 4.024/1961) –, a sociologia permanece como disciplina optativa nos currículos do Ensino Médio. A LDB de 1971 (Lei nº 5.692/1971) oferece Ensino Médio profissionalizante e mantém o caráter optativo da sociologia.

A LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme a análise de autores renomados como Moacyr Gadotti (*apud* SHIROMA, 2007), a atual LDB ficou dúbia, deixou brechas para que se organize a educação além, aquém ou igual estava antes da Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira.

Um dos momentos mais intrigantes desta trajetória ocorre quando o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um sociólogo de formação e de profissão, entendeu que na LDB nº 9.394/96 a Sociologia e a Filosofia não deveriam figurar como disciplinas, mas apenas como conteúdos transversais, provendo os estudantes de conhecimentos dessas áreas.

A luta pela sociologia no Brasil e, principalmente, pela manutenção da sociologia no Ensino Médio mobilizou muitos intelectuais, organizações da sociedade civil e políticos, dentre eles, podemos citar: deputado Padre Roque, o Sinsesp (Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo).

#### **4. A sociologia nas escolas da rede estadual de educação de Goiânia**

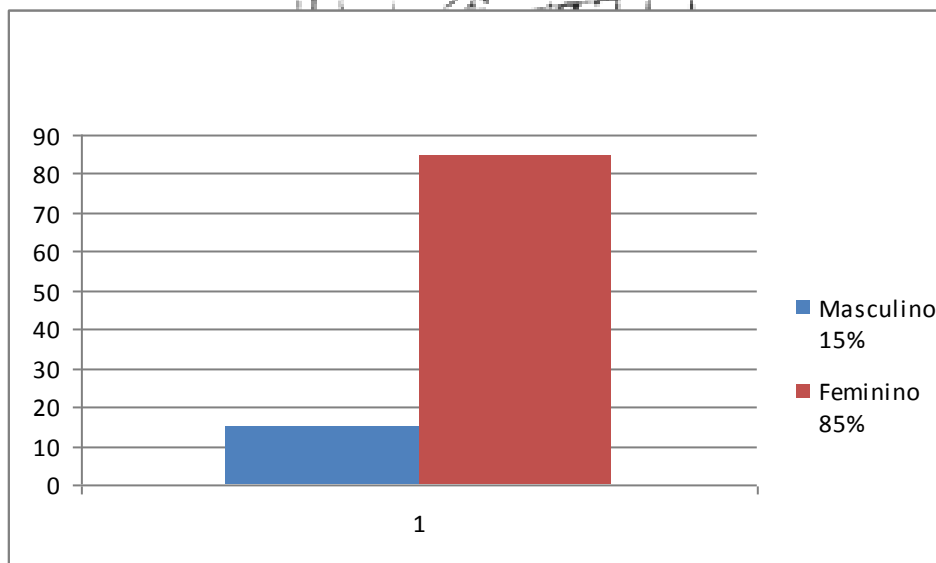
Para que se possa compreender a reinserção da sociologia no Ensino Médio, realizou-se uma pesquisa de campo, com entrevistas individuais e questionário estruturado aplicado aos professores de dez escolas, que ministram sociologia na rede estadual de Goiânia. Definiu-se uma amostra aleatória com a finalidade de identificar quem são os professores, a sua formação acadêmica, a sua visão sobre a Sociologia enquanto disciplina no Ensino Médio, tempo de magistério, carga horária de Sociologia e outras disciplinas que estes ministram, percepção do interesse dos alunos pela disciplina de Sociologia. As entrevistas possibilitaram uma visão preliminar da situação atual da sociologia no ensino médio.

Verifica-se que o cenário atual é bastante positivo. A análise dos dados demonstra que cerca de 50% dos professores que ministram Sociologia nas escolas da rede estadual de educação de Goiânia são licenciados em Ciências Sociais e que cerca de 20% apresentam cursos de formação continuada, especialização na área de Sociologia. Se compararmos este

cenário com o de chegada da sociologia no ensino médio em 2006, percebe-se uma melhora substancial na formação dos professores que ministram sociologia na rede em Goiânia, embora não nos passa despercebidamente o fato de Goiânia estar neste momento numa posição privilegiada em relação às outras cidades do Estado de Goiás, começando pelo fato de ser esta a única cidade do Estado a oferecer a licenciatura em Sociologia.

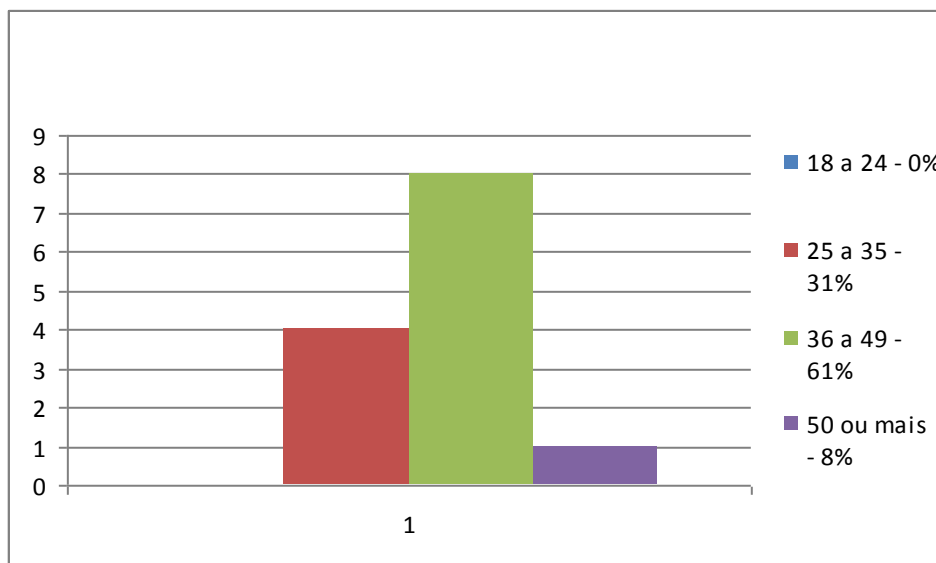
Pretende-se analisar os gráficos a seguir para que se identifique alguns elementos importantes para a compreensão do cenário atual da Sociologia no Ensino Médio. O primeiro gráfico permite visualizar a questão de gênero. Percebe-se que a maioria dos professores que ministram Sociologia são do sexo feminino, conforme pode-se visualizar no gráfico 1, e que a idade dos professores pesquisados varia de 25 a 49 anos, sendo que a maioria deles (61%) tem entre 25 e 36 anos; apenas 85 dos entrevistados estão na faixa etária acima dos 49 anos de idade. Permite-se concluir que são professores jovens que, de modo geral, se predispõem a ministrar sociologia nesta fase do ensino.

**Gráfico 1 – Sexo.**

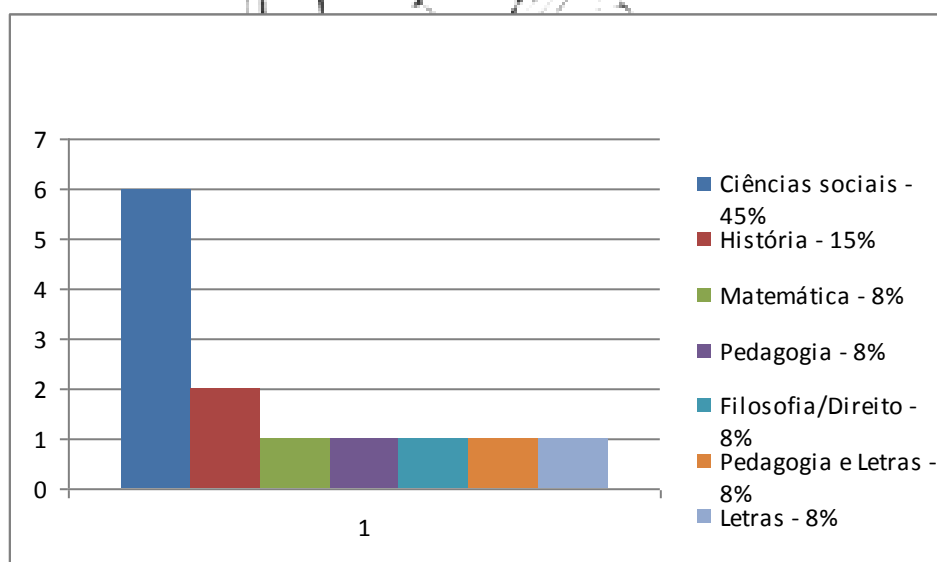


A análise do gráfico 1 nos permite inferir que a maioria dos professores que ministram sociologia na Rede Estadual de Educação na cidade de Goiânia são do sexo feminino.

**Gráfico 2 – Idade.**



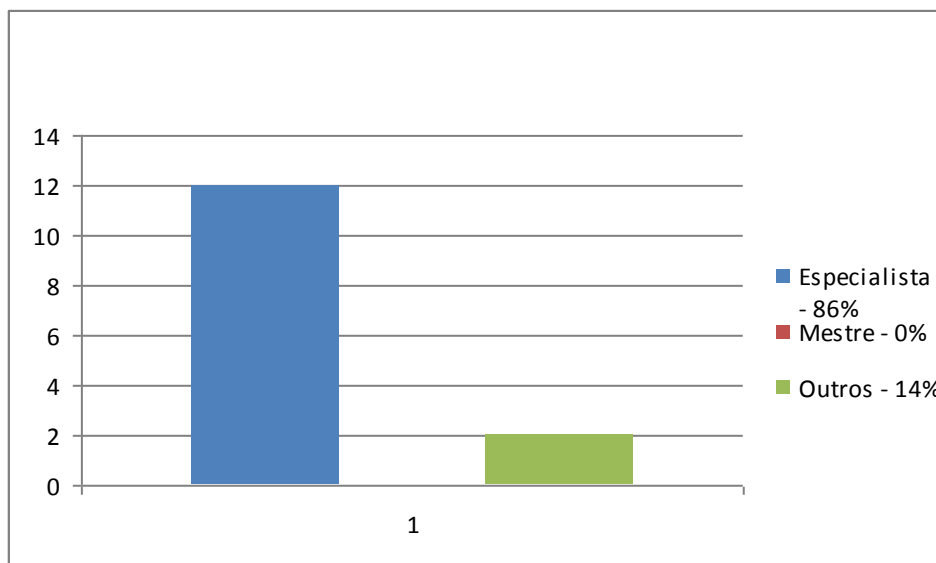
**Gráfico 3 – Formação acadêmica.**



Ao realizar a análise do gráfico 3, que diz respeito à formação acadêmica dos professores que ministram sociologia na Rede Estadual de Educação em Goiânia, verifica-se que o quadro geral é positivo, visto que a maioria dos professores entrevistados possui formação em Ciências Sociais – 45% dos entrevistados –, e que 15% são licenciados em História e 16% estão entre filosofia e pedagogia, sendo que apenas 16% dos entrevistados não possuem formação em áreas afins com a formação desejada.

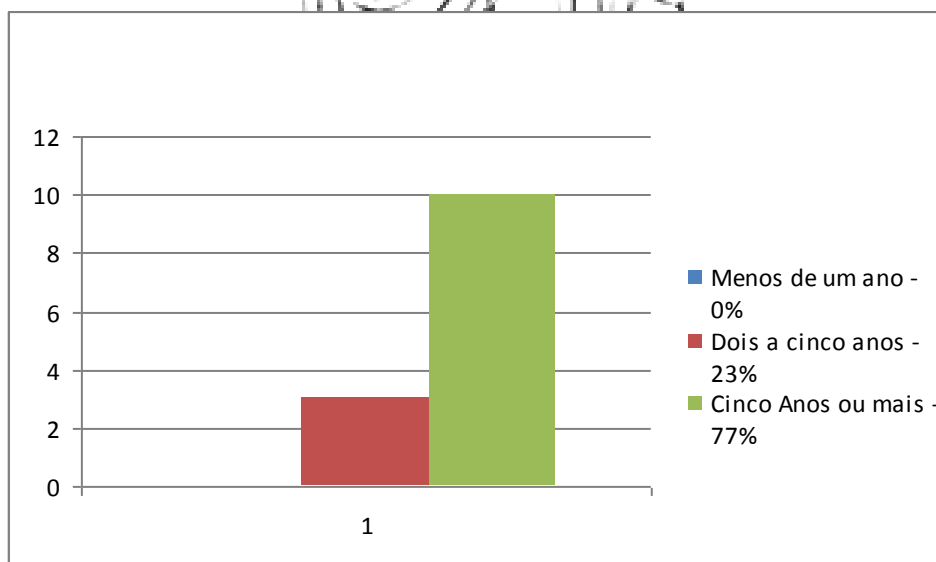
**Gráfico 4 – Formação continuada.**





Outro dado interessante que se identifica nesta pesquisa é o percentual de professores com especialização (86%). É um índice muito bom, pois a formação continuada é um fator fundamental no aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Verifica-se, ainda na análise das entrevistas, que alguns professores estão com mestrado em curso. A boa formação do professor reflete de maneira decisiva na formação dos alunos.

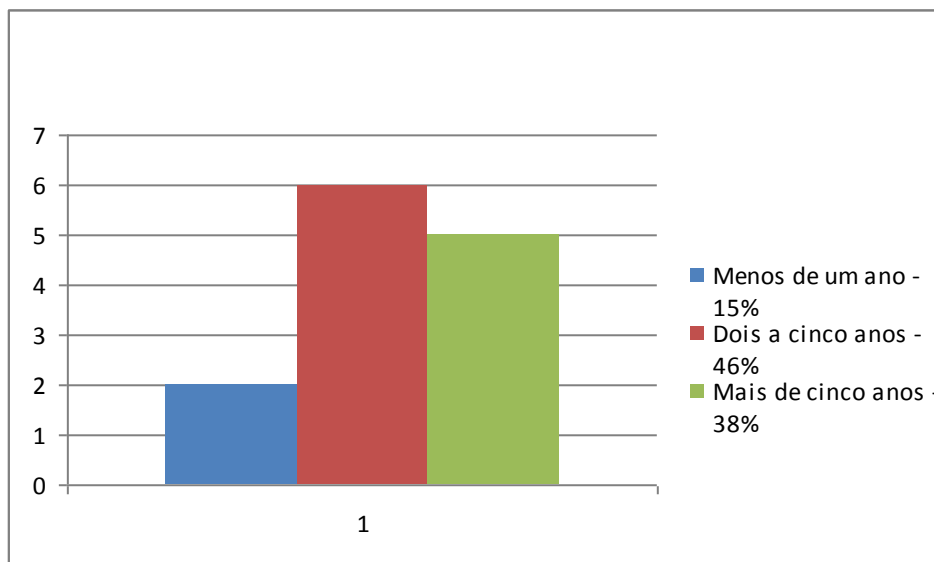
**Gráfico 5 – Tempo de profissão.**



No gráfico 5 buscou-se identificar o tempo de magistério e verifica-se que há um alto percentual de professores 77% com mais de cinco anos de magistério, o que permite inferir que os professores, de fato, assumem a docência como profissão e ainda no gráfico 6 percebe-

se que os professores permanecem bastante tempo ministrando Sociologia, pois 46% estão há mais de dois anos ministrando a disciplina sociologia no Ensino Médio e que 38% ministram a referida disciplina há mais de cinco anos.

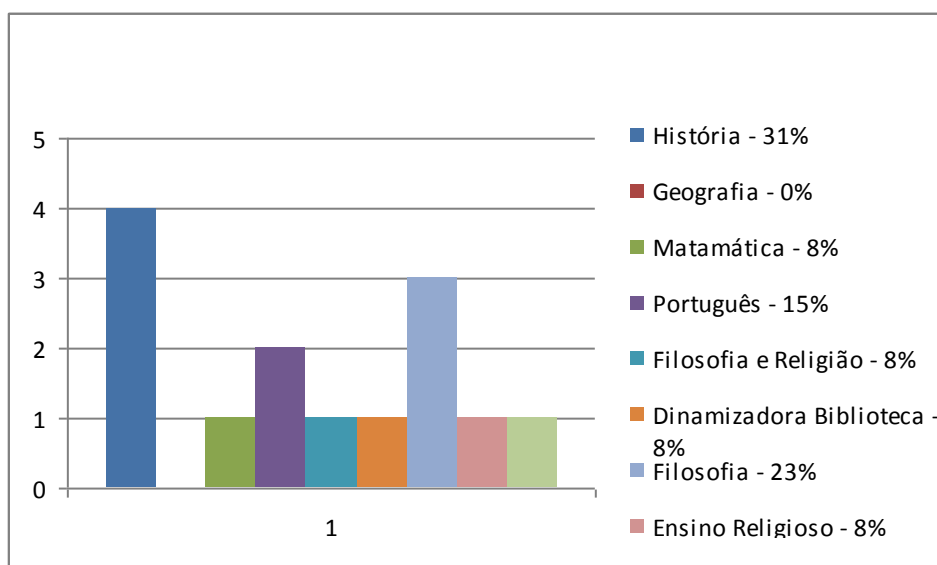
**Gráfico 6 – Tempo que ministra sociologia.**



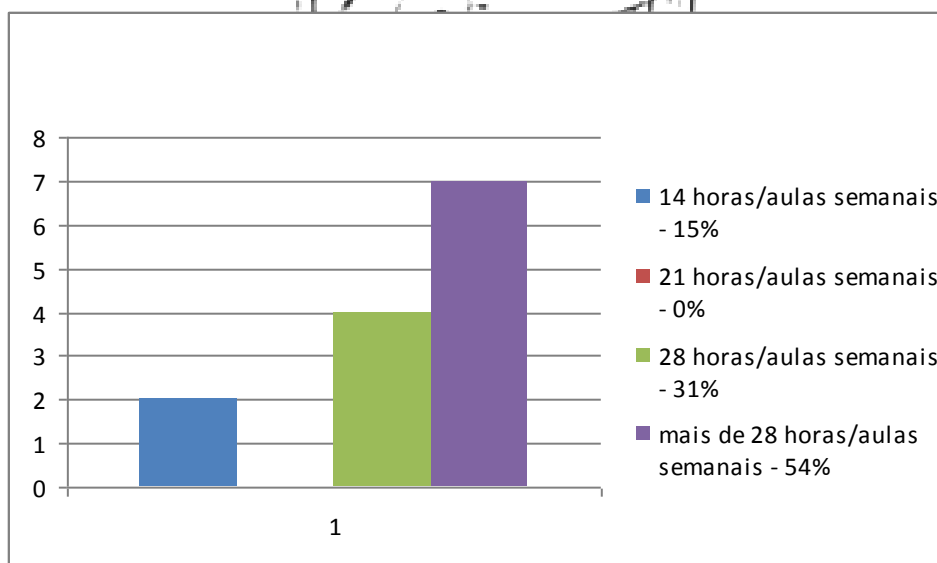
Verifica-se no gráfico 7 que a maioria dos professores que ministram sociologia no ensino médio ministram também outras disciplinas, tais como história, filosofia, línguas, fato considerado natural, pois a carga horária de sociologia no ensino médio é muito pequena, de modo geral, uma aula por semana, o que torna inviável que o professor ministre apenas esta disciplina, por vários fatores, tais como, a falta de carga horária suficiente para completar, 14, 21 ou 28 horas aulas, que são as quantidades usuais da Secretaria Estadual de Educação de Goiás. Muitas vezes, o excesso de disciplinas diferentes acaba por se configurar em um entrave para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem, visto que ao ter que preparar várias aulas diferentes o professor, de modo geral, terá menor tempo para prepará-las, o que, de certo modo, pode vir a influenciar na qualidade das aulas ministradas.

Outro dado a ser considerado é que 54% dos professores entrevistados ministram mais de 28 horas aulas semanais. Conforme se pode observar no gráfico 8, esse é um fator que acaba por corroborar a hipótese da dificuldade que muitos destes profissionais encontram para preparar de forma satisfatória as aulas que ministram, em função da sobrecarga de trabalho que assumem, no intuito de conseguirem um salário mais satisfatório.

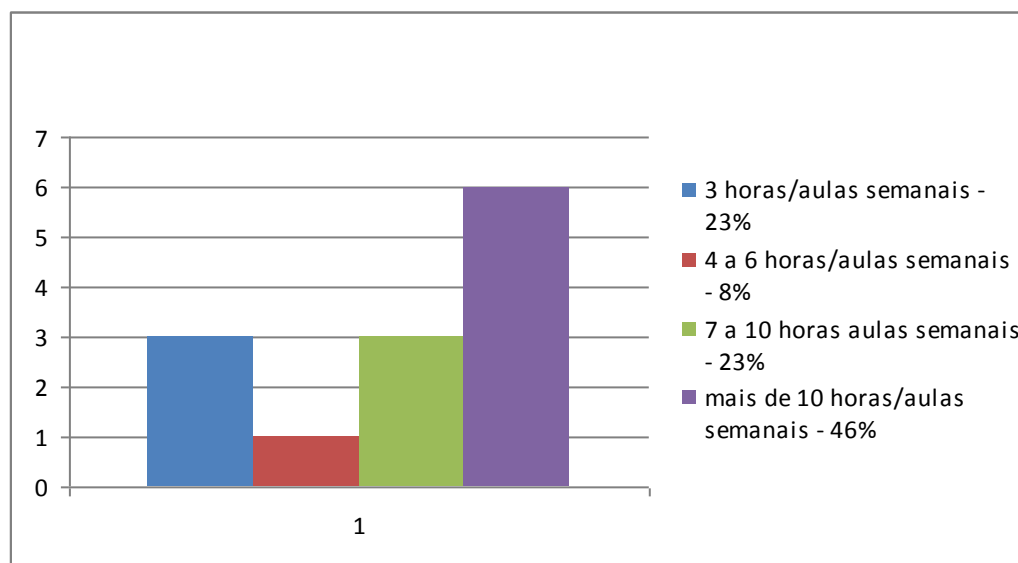
**Gráfico 7 – Ministra outras disciplinas – Quais?**



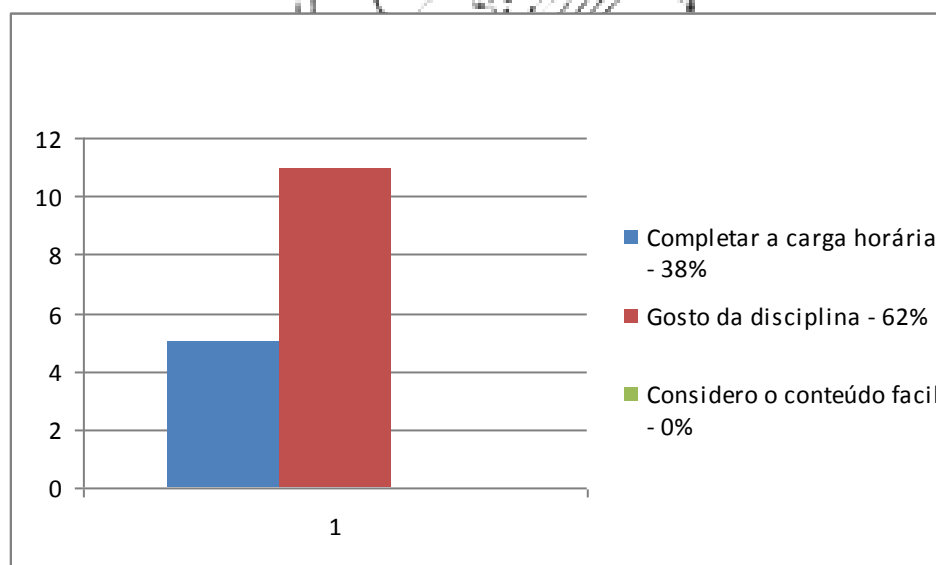
**Gráfico 8 – Total de carga horária.**



**Gráfico 9 – Carga horária de sociologia.**



**Gráfico 10 – Motivo pelo qual ministra sociologia**



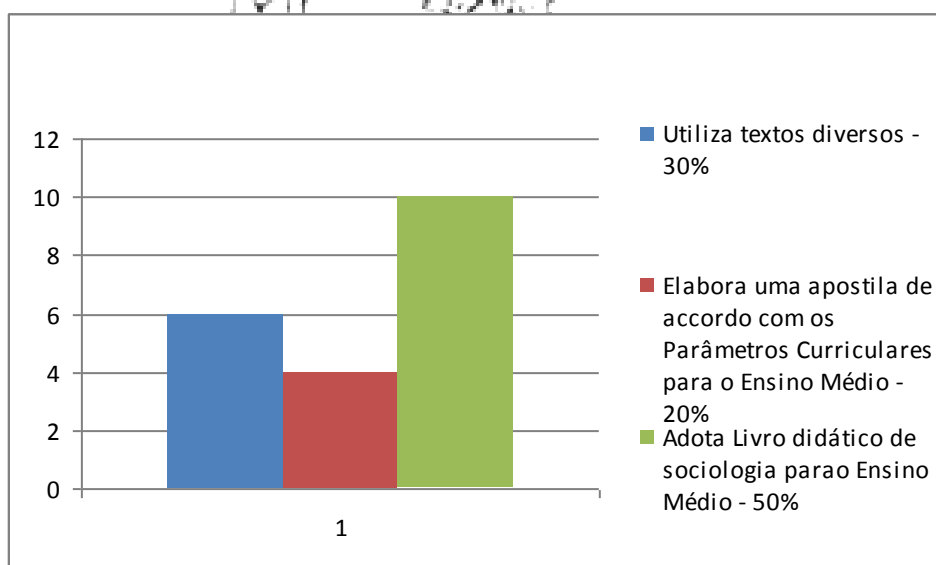
De modo geral, a motivação para lecionar sociologia está no gosto pela disciplina, segundo 62% dos entrevistados. Mas é relevante também o percentual de entrevistados que ministram a disciplina numa perspectiva de completar a carga horária desejada 38%, conforme os gráficos 9 e 10, o que permite inferir que a disciplina é muito utilizada como complemento de carga horária.

Em relação à metodologia ou instrumentos utilizados, percebe-se que há um imprevisto neste quesito, sendo que 20% elabora uma apostila de acordo com os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio; 30% utiliza textos diversos e 50% utilizam livros didáticos

que a maioria dos alunos não possui, pois o livro de Sociologia não está incluso no Programa Nacional do Livro Didático.

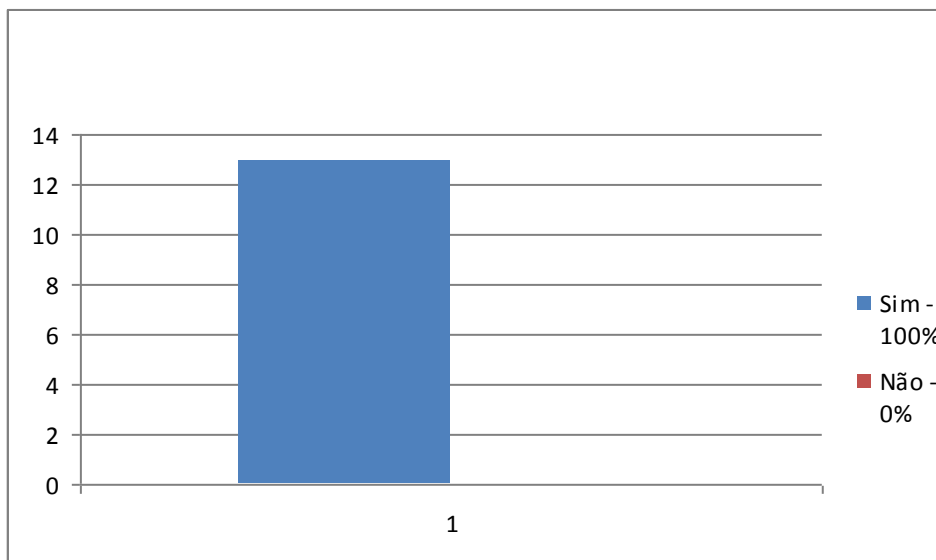
Embora haja muitas dificuldades a serem superadas, alguns passos já foram dados para que a sociologia se firme no Ensino Médio. Um dos fatores positivos que se verifica nesta pesquisa é o interesse dos alunos pela disciplina. Segundo os professores entrevistados, 100% dos alunos demonstram interesse pelas aulas de sociologia, conforme pode-se verificar no gráfico 12.

**Gráfico 11 – Metodologia de ensino.**

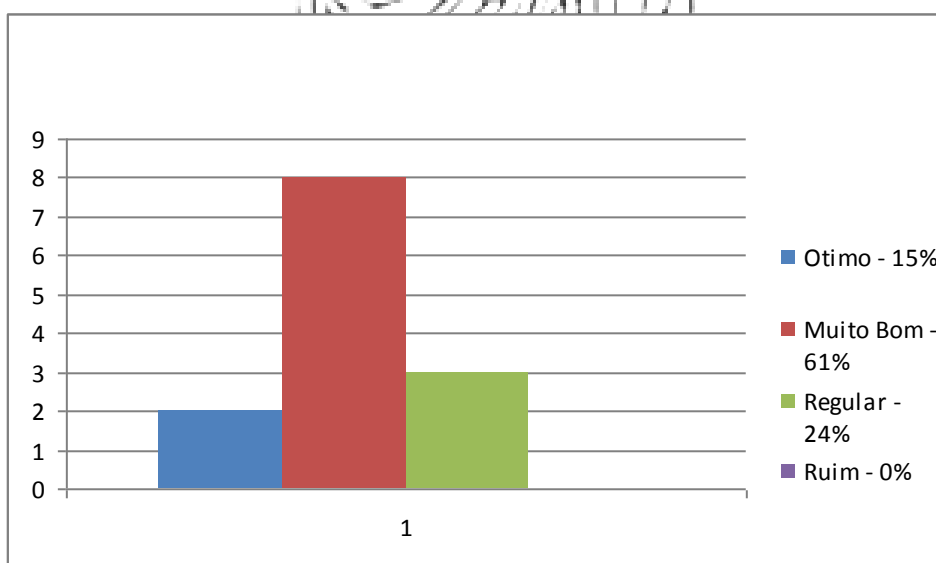


De acordo com os dados obtidos, verifica-se também um aproveitamento muito bom dos alunos em relação à disciplina. Cerca de 86% dos alunos apresentam um bom rendimento em relação aos conteúdos ministrados em sociologia, segundo os professores entrevistados, conforme pode-se verificar nos gráficos 12 e 13.

**Gráfico 12 – Interesse do aluno.**

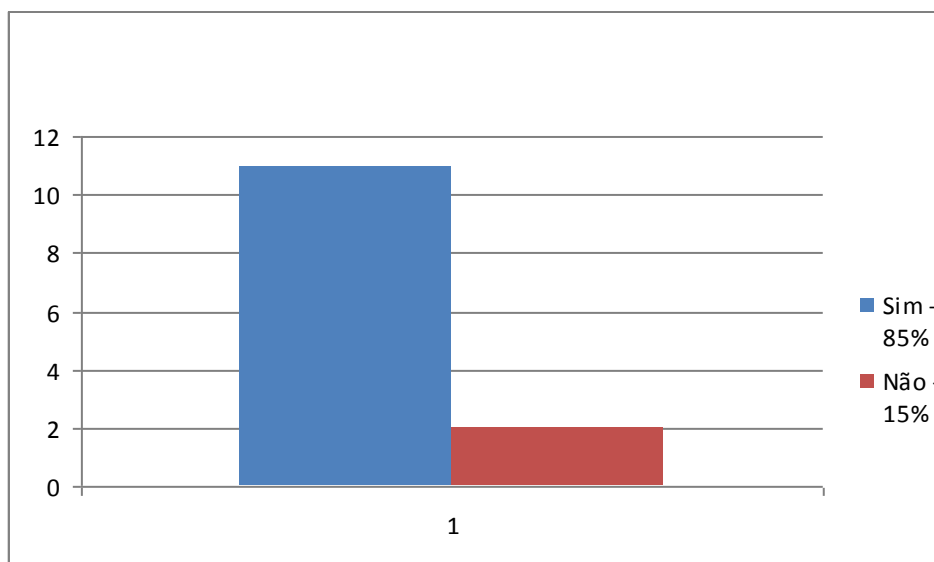


**Gráfico 13 – Aproveitamento dos alunos.**



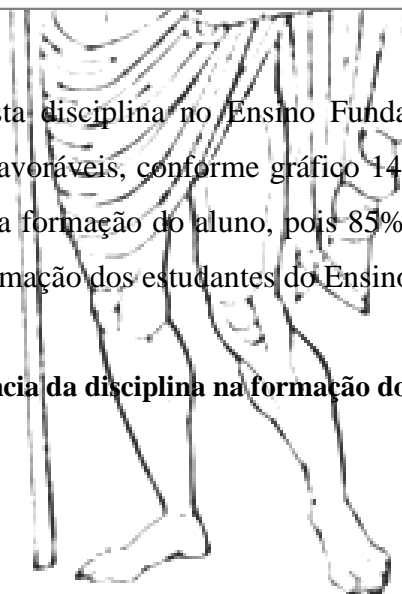


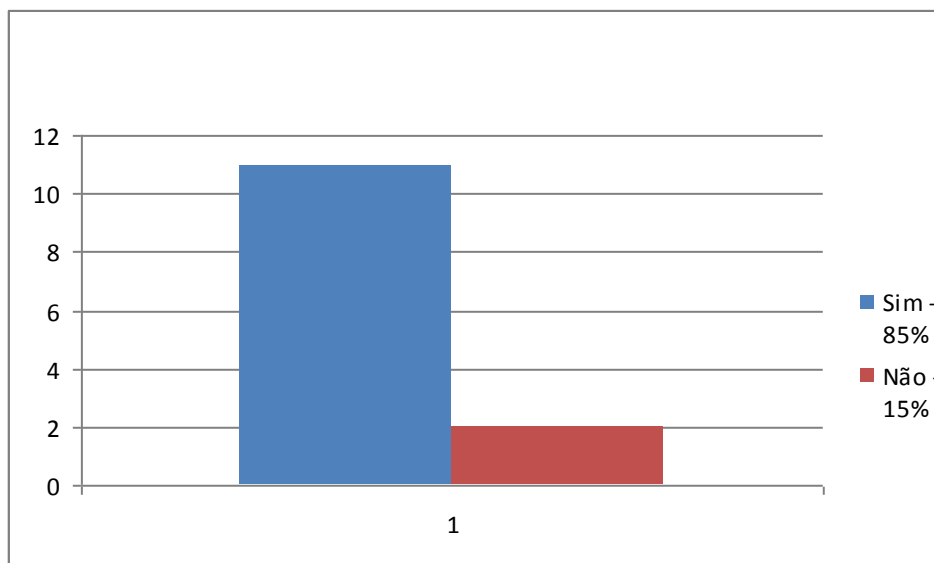
**Gráfico 14 – Inserção no ensino fundamental.**



Quanto á inserção desta disciplina no Ensino Fundamental, 85% dos professores entrevistados se posicionaram favoráveis, conforme gráfico 14. Percebe-se que a disciplina é considerada como importante na formação do aluno, pois 85% dos entrevistados salientam a importação da Sociologia na formação dos estudantes do Ensino Médio.

**Gráfico 15 – Importância da disciplina na formação do aluno.**





A análise dos dados apresentados permite inferir que há ainda problemas e dificuldades a serem superadas, mas o quadro atual é positivo e apresenta uma tendência a melhorar, sendo que os dados demonstram que grande parte dos professores que ministram Sociologia possuem, se não a formação desejável, ciências sociais, ao menos possuem formação em uma área afim, o que tende a garantir melhor qualidade do processo de ensino-aprendizagem, embora há ainda muitos fatores a serem discutidos, tais como, a carga horária semanal de Sociologia que na maioria das escolas é de apenas uma hora aula semanal em apenas uma das séries do Ensino Médio, mas por outro lado conta-se com o apreço dos alunos pela disciplina, é fundamental também que a Sociologia seja incluída no Programa Nacional do Livro Didático; o que, com certeza, levaria a um maior aproveitamento do tempo das aulas, bem como, um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, pois os professores teriam uma ferramenta mais plausível para prepararem e ministrarem as aulas de Sociologia.

## Referências

- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção Tópicos)
- MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*. 38ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

RESOLUÇÃO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, nº 291, de 16 de dezembro de 2005. Disponível em: [www.cee.go.gov.br/](http://www.cee.go.gov.br/) Acesso em: 19/04/2008.

RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, nº 4, de 16 de agosto de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 21/04/2008.

SANTOS, Mário Bispo dos. “A sociologia no contexto das reformas educacionais: um século de idas e vindas da sociologia no ensino médio”. 2002.

SHIROMA, Eneida Oto (Org.). *Política Educacional*. 4ª ed. – Rio de Janeiro, Lamparina, 2007.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

